

RECURSO ESPECIAL Nº 1.755.699 - SE (2018/0184993-7)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **RAIMUNDO MARQUES DE OLIVEIRA**
ADVOGADOS : **JOÃO CARLOS OLIVEIRA COSTA - SE001331**
ALBERTO FIGUEIREDO NETO - SE004273
DALILA ALMEIDA ANDRADE SALES - SE004544
ADRIANA CORREIA RODRIGUES VIEIRA - SE000456B
RECORRIDO : **NATHALIE CHANNAN**
ADVOGADO : **BRUNO FIGUEIREDO SANTANA - SE008018**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL, DE SÚMULA OU DE ATO NORMATIVO DIVERSO DE LEI FEDERAL. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Ação de indenização e compensação - respectivamente - por danos materiais e morais.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a", da CF/88.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência de cerceamento de defesa, à adequação da distribuição do ônus da prova, à comprovação pela recorrida/demandada da realização de serviço defeituoso por parte do recorrente/demandante (circunstância que afasta a existência da prática de ato ilícito por aquela), bem como à não ocorrência de dano moral suportado pelo recorrente na hipótese dos autos, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
5. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
6. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por RAIMUNDO MARQUES DE OLIVEIRA, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 16/03/2018.

Concluso ao gabinete em: 09/08/2018.

Ação: de indenização e compensação - respectivamente - por danos materiais e morais, ajuizada pelo recorrente, em face de NATHALIE CHANNAN, na qual alega que firmou com a demandada contrato de prestação de serviços referente a serviços de pintura na residência dessa, no valor de R\$ 1.200,00. Aduz, ainda, que a ré somente efetuou o pagamento de R\$ 800,00, bem como lhe proferiu ofensas, vindo a abalar sua honra subjetiva.

Diante disso, pugna a condenação da requerida ao pagamento de indenização e compensação pelos danos materiais e morais suportados.

Sentença: julgou improcedentes os pedidos.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelo recorrente.

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 5º, II, V, X, LIV e LV, e 93, IX, ambos da CF/88; 186, 927 e 944, todos do CC/02; 355, 357, 373, 489 e 1.009, todos do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta:

i) a existência de fundamentação deficiente no bojo do acórdão recorrido;

ii) a ocorrência de cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da ação;

iii) a distribuição inadequada das regras do ônus da prova; e

iv) a prática de ato ilícito por parte da recorrida, consubstanciado na recusa do pagamento do que fora pactuado.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15

- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a", da CF/88.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 944 do CC/02; 7º, 357, 486, 489 e 1.009, todos do CPC/15, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, portanto, a Súmula 211/STJ.

Ressalta-se que eventual alegação de serem de ordem pública os temas insertos nos dispositivos legais mencionados não torna indispensável o devido prequestionamento. Nesse sentir: AgInt no AREsp 1.021.641/MG (3ª Turma, DJe 19/05/2017) e AgInt no AREsp 613.606/PR (4ª Turma, DJe 17/05/2017).

Além disso, o recorrente sequer alegou ofensa ao art. 1.022 do CPC/15, atinente à negativa de prestação jurisdicional.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência de cerceamento de defesa, à adequação da distribuição do ônus da prova, à comprovação pela recorrida/demandada da realização de serviço defeituoso por parte do recorrente/demandante (circunstância que afasta a existência da prática de ato ilícito por aquela), bem como à não ocorrência de dano moral suportado pelo recorrente na hipótese dos autos, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

A esse propósito, seguem - respectivamente - trechos da sentença e do acórdão recorrido:

Sentença

Diante disso, concluímos que, provados vícios no serviço que significaram impropriedade ou impedimento parcial para o fim para o qual eles foram contratados, houve justa causa para a recusa de pagamento da segunda parcela do acordo. **Os defeitos/vícios no serviço foram provados pela ré e admitidos pelo próprio autor (ao afirmar em réplica que não se recusou a consertar, admite que havia algo a consertar) , destacando que a parte ré fez prova de que tais defeitos foram detectados também por terceiros e que precisou contratar outra mão-de-obra , com custo extra, para os reparos . (e-STJ, fl. 122) (grifo nosso).**

Acórdão

Já a requerida/recorrida colacionou aos autos documentos que atestam que teve que contratar, posteriormente, novo profissional, pelo preço de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para “lixar todo excesso de massa que foi colocado nas oito portas da casa e fazer, em seguida, a pintura” (declaração do pintor profissional Genivaldo Santos, recibo de pagamento e declaração de um marceneiro, José Jailton Barros, que há época, encontrava-se montando uma cozinha modulada na residência da ré).

(...)

No tocante ao dano moral, como muito bem ponderado pelo juízo de piso, “**não enxergo que tenha ocorrido senão um atrito verbal entre as partes, talvez em algum ponto mais acalorado, devido à postura de um ou outro com relação ao dissenso quanto à conclusão do negócio, mas não ensejador de gerar indenização por afetação à subjetividade do autor a ponto de lhe causar dor moral e humilhação**”. (e-STJ, fl. 197)) (grifo nosso)

- Da fundamentação deficiente

Constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que quanto à alegação de divergência jurisprudencial, o recorrente não colacionou nenhum julgado para fins de confrontação com acórdão impugnado, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente para R\$ 900,00. Fica, entretanto, o recorrente suspenso do pagamento, diante da concessão da

assistência judiciária pelo Tribunal de origem, nos termos da legislação processual civil.

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

